

Anexo III

Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas Caquende e Juliões

Introdução

O presente documento visa o atendimento a Resolução nº 1, de 11 de setembro de 2003, da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, especificamente ao Anexo III referente à contribuição do projeto “*Pequenas Centrais Hidrelétricas Caquende e Juliões*” (o projeto) ao desenvolvimento sustentável.

O projeto contempla duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) a fio d’água, denominadas Caquende e Juliões, com potência instalada de 4 MW e 3,4 MW, respectivamente, cujas barragens estarão localizadas no rio Macaúbas, cidade de Bonfim, estado de Minas Gerais.

Os Projetos Básicos da PCH Caquende e da PCH Juliões foram aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do despacho nº 2101 de 30 de maio de 2008 e do despacho nº 979 de 12 de março de 2008, respectivamente.

As duas PCHs pertencem à Companhia Energética Integrada (CEI), a qual será responsável pela construção e operação de ambas as plantas.

a) Contribuição para a sustentabilidade ambiental local

A matriz energética brasileira é constituída, principalmente, de energia derivada de grandes usinas hidrelétricas e, em parte, por energia produzida através de termoelétricas.

A quantidade de termoelétricas tende a aumentar para atender a crescente demanda, especialmente na região Sudeste do país onde estão concentradas as principais atividades econômicas e industriais do Brasil (ANEEL, 2008).

A geração hidrelétrica de pequena escala, que é o objetivo do projeto, é uma fonte de geração de energia renovável de baixo impacto em comparação com grandes usinas hidrelétricas e termoelétricas. A construção das PCHs Caquende e Juliões não contempla grandes

reservatórios, e desta forma não haverá deslocamento de populações e efeitos negativos significativos sobre o ecossistema.

O Projeto fornecerá eletricidade para a rede Sul-Sudeste-Centro-Oeste (S-SE-CO) do Sistema Interligado Nacional através da distribuidora *Companhia Energética de Minas Gerais* (CEMIG), contribuindo para reduzir a dependência brasileira do seu potencial hídrico de grande escala e de geração termoelétrica.

O Projeto atende a legislação ambiental aplicável e aos requerimentos e exigências pertinentes ao setor elétrico, como a legislação CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Para ambas as PCHs foram desenvolvidos o Plano de Controle Ambiental e o Relatório de Controle Ambiental. Estes documentos foram encaminhados ao órgão ambiental competente do Estado de Minas Gerais, a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para análise e obtenção das Licenças Ambientais. As licenças prévia e de instalação, para a PCH Caquende e PCH Juliões, foram concedidas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) em Fevereiro de 2009, através dos certificados LP+LI nº004 e nº008, respectivamente.

b) Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos

O projeto será norteador de novas oportunidades de trabalho para pessoas que vivem na região.

O aumento do nível geral de educação e da oferta de trabalho formal contribui diretamente para uma melhor distribuição da renda, que por sua vez indiretamente contribui para o país atingir as oito metas do milênio (The Millennium Development Goals Report, 2008).

Embora, normalmente, para este tipo de projeto, ocorra a utilização intensiva de mão-de-obra durante a fase de construção das usinas e menos intensiva durante a sua fase de operação e manutenção é importante notar que para pequenas cidades, mesmo a geração de empregos

transitórios, o aumento de oportunidades tem efeito bastante positivo para a comunidade local.

A construção de ambas as PCHs exigirá a criação de aproximadamente 50 empregos cada uma, durante o pico das obras. Conforme intenção do empreendedor estima-se que 80% desta mão-de-obra será recrutada na própria região, como serventes, pedreiros, armadores, auxiliares de serviço, vigias, entre outros. Tal quantitativo terá impacto significativo para a geração de renda para a população e para os cofres públicos municipais pelo recolhimento de ISS.

Haverá também a geração de empregos indiretos relacionados com atividades ligadas à implantação do empreendimento, fora do local da obra.

O empregador atenderá a todas as obrigações relativas à legislação trabalhista aplicável à mão de obra empregada.

c) Contribuição para a distribuição de renda

Durante o período de construção das PCHs, deverá ocorrer o aumento da arrecadação de impostos (ISS e ICMS) em consequência dos empregos a serem gerados e a possível ampliação do consumo por bens e serviços.

Além da maior demanda por mão-de-obra, o projeto contribuirá para a melhoria da capacidade técnica dos trabalhadores e aprimoramento da qualidade da mão-de-obra.

Melhores condições de qualidade e confiabilidade de energia em decorrência da implantação de projetos como o em questão encorajam e propiciam a instalação de novas indústrias, incremento do comércio e lazer e, conseqüentemente, melhoria do padrão de vida e bem estar do cidadão.

Além disto, o projeto contribui para o aumento na competitividade, diminuição do preço da energia renovável consumida, e, conseqüente aumento de produtividade. A conseqüência é provável fornecimento de energia renovável com valores acessíveis para a sociedade.

d) Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico

Embora o projeto não empregue tecnologias inovadoras, contribui para promover a ampliação do setor, uma vez que a maior parte dos grandes aproveitamentos hidrelétricos está concentrada em regiões isoladas em contrapartida a aproveitamentos de pequeno porte, desenvolvidos localmente que contribuem para a geração distribuída de energia.

A ampliação do setor é essencial para o fortalecimento do desenvolvimento de pesquisas e inovações tecnológicas assim como para o aumento de competitividade entre as indústrias do setor energético.

O projeto também promoverá a capacitação técnica local, necessária para a adequada operação e manutenção das plantas.

e) Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores

A chegada de novas PCHs na região alavanca a economia local, não apenas em função de toda a mobilização durante o período de construção destas, como também em função do próprio incremento no suprimento de energia estável e limpa, fato que estimula o estabelecimento de novas indústrias de setores diversos.

Outro aspecto relevante é que a geração de energia descentralizada conectada à rede, característica em que o projeto se enquadra, diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia. Uma vez que estes riscos são reduzidos, ocorre maior aporte de investimentos na região.

Referências Bibliográficas

ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica. **Banco de Informações de Geração**. Disponível on-line: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15&idPerfil=2>. (acessado em Junho de 2008).

Relatório de Caracterização Ambiental PCH Juliões. Rio Macaúbas Município de Bonfim e Piedade dos Gerais (MG). YKS Serviços. Belo Horizonte, Brasil, 2007.

Relatório de Caracterização Ambiental PCH Caquende. Rio Macaúbas Município de Bonfim e Piedade dos Gerais (MG). YKS Serviços. Belo Horizonte, Brasil, 2007.

ONU-Organização das Nações Unidas. **The Millennium Development Goals Report 2008.** Disponível on-line: www.un.org/millenniumgoals. (acessado em Junho, 2008).